



DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ALBERTO SULUVALA VINEVALA

PROPOSTA DE POLÍTICAS PARA A INTERVENÇÃO DAS
AUTORIDADES TRADICIONAIS NA PRESEVAÇÃO DOS
MONUMENTOS HISTÓRICOS DA CAÁLA

CAÁLA/2023

ALBERTO SULUVALA VINEVALA

**PROPOSTA DE POLÍTICAS PARA A INTERVENÇÃO DAS
AUTORIDADES TRADICIONAIS NA PRESERVAÇÃO DOS
MONUMENTOS HISTÓRICOS DA CAÁLA**

Relatório do PFC apresentado ao Instituto Superior Politécnico da Caála como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História PFC- Comuna.

Orientador: Ladislau Profírio Amadeu

CAÁLA/2023

Dedico este trabalho de fim de curso aos meus pais,
esposa e filhos

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida, pelo seu zelo infinito e por ter iluminado a cada passo da minha formação.

A realização deste trabalho simboliza o culminar de uma importante etapa que não seria possível ultrapassar sem os preciosos contributos de várias pessoas a quem dirijo os meus agradecimentos.

Aos meus pais pelo incentivo especialmente pela educação que me deram desde muito cedo até apresente, o meu agradecimento.

À minha esposa e filhos, que sempre estiveram ao meu lado dando apoio incondicional.

À minha família pelo carinho, pelo apoio constante, por toda a compreensão que sempre demonstraram, por todos os valores que me transmitiram e pela educação que me proporcionaram. São os pilares fundamentais da minha vida. Obrigado por acreditarem sempre em mim,

Aos meus amigos de sempre, em especial o meu compadre Paulo pela amizade incondicional.

Ao meu tutor, Ladislau Amadeu, pela orientação científica, pela correcção e por me apoiar incansavelmente sempre que tivesse dúvidas o meu agradecimento.

A todo o corpo docente, especialmente aos professores João Sicato Kandjo, Frederico Capuca, e outros, pelos conhecimentos que me transmitiram com muita paciência e pela educação que recebemos, a minha imensa gratidão.

Aos meus colegas e amigos pelo incentivo e pelo apoio constante durante os quatro anos de Convivência, onde partilhamos alegrias e tristezas, a minha imensa gratidão.

A todos aqueles, ainda que não mencionados, que directa ou indirectamente, me ajudaram a percorrer e a ultrapassar esta etapa.

A todos o meu sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho tem como título "Proposta de políticas para a intervenção das autoridades tradicionais na preservação dos monumentos históricos na Caála". E, para a concretização dos resultados deste trabalho levantou-se como problema científico a vandalização dos monumentos históricos no Município da Caála. Consequentemente, esta pesquisa apresenta como objetivo geral propor políticas para a intervenção das autoridades tradicionais na preservação dos monumentos históricos do Município da Caála. Assim, entende-se por monumento histórico "tudo o que a história agregou valor associado ao conceito de documento histórico. O monumento, adquiriu valor documental com o passar do tempo, devendo ser resguardado como testemunho para as gerações futuras". Os monumentos de um povo são o reflexo da sua identidade como nação, e como portadores de mensagens do passado são inspiração para as gerações futuras, são o testemunho vivo e actual. Os monumentos históricos representam as marcas da evolução de uma determinada sociedade ou indivíduos que refletem sobre a materialidade e potencialidade desta sociedade que os produziu. Procuramos destacar os meandros em torno de uma memória instruída pela história escrita e o papel desempenhado pelos bens históricos na conformação de uma história local. Por outro lado, destacamos também os factores que intervirão na natureza e legitimidade do poder tradicional na era colonial, algo que merece um tratamento específico para que as autoridades tradicionais possam intervir na conservação dos monumentos históricos; uma releitura que dá margem à construção de novos significados. Para a investigação do tema proposto, foram utilizados os métodos de análise-síntese, bibliográfico, empíricos, histórico-lógico e o modelo de pesquisa qualitativa.

Palavras-chave: Monumentos Históricos. Memória Colectiva. Autoridades Tradicionais

ABSTRAT

The present work is entitled "Policy proposal for the intervention of traditional authorities in the preservation of historical monuments in Caála". And, to achieve the results of this work, the vandalization of historical monuments in the Municipality of Caála was raised as a scientific problem. Consequently, this research has the general objective of proposing policies for the intervention of traditional authorities in the preservation of historical monuments in the Municipality of Caála. Thus, a historical monument is understood as "everything that history has added value to, associated with the concept of historical document. The monument has acquired documentary value over time and must be preserved as a testimony for future generations". The monuments of a people are a reflection of their identity as a nation, and as bearers of messages from the past they are inspiration for future generations, they are a living and current testimony. Historical monuments represent the marks of the evolution of a given society or individuals who reflect on the materiality and potential of the society that produced them. We seek to highlight the intricacies surrounding a memory informed by written history and the role played by historical assets in shaping local history. On the other hand, we also highlight the factors that will intervene in the nature and legitimacy of traditional power in the colonial era, something that deserves specific treatment so that traditional authorities can intervene in the conservation of historical monuments; a reinterpretation that gives rise to the construction of new meanings. To investigate the proposed theme, analysis-synthesis, bibliographic, empirical, historical-logical methods and the qualitative research model were used.

Keywords: Historical Monuments. Collective Memory. Traditional Authorities

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.3	OBJECTIVOS.....	10
1.3.1	Geral.....	10
1.3.2	Específicos.....	10
1.4	CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	11
2.3	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA CAÁLA.....	11
2.3.1	Situação Geográfica	11
2.4	SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA	11
2.5	CONCEITO DE AUTORIDADE	11
2.6	CONCEITO DE TRADIÇÃO.....	12
2.7	AUTORIDADE TRADICIONAL.....	12
2.8	HIERARQUIA DO PODER TRADICIONAL.....	13
	12º- Hendjengo- aquele que organiza os batuques;.....	13
2.9	NATUREZA E LEGITIMIDADE DAS AUTORIDADES TRADICIONAL	14
2.10	SISTEMA DE JUSTIÇA DO PODER TRADICIONAL	15
2.11	RELAÇÃO DO DIREITO CONSUETUDINÁRIO COM O DIREITO POSITIVO	16
2.12	CONCEITO DE MONUMENTO HISTÓRICO	16
2.13	CLASSIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS	17
2.14	IMPORTÂNCIA DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS	17
2.15	VANDALIZAÇÃO DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS.....	18
2.16	A MEMÓRIA COMO FACTOR DE IDENTIDADE	18
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
	OBSERVAÇÃO	22
6	4 DESCRIÇÃO E DISCRICÃO DOS RESULTADOS	24
4.1	NOÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS.....	24
7	PROPOSTA DE SOLUÇÃO	27
8	CONCLUSÃO.....	28
	REFERÊNCIAS BIBLIO GRÁFICAS	29

9	ANEXO.....	31
----------	-------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de fim de curso tem por objectivo propor políticas para que as autoridades tradicionais possam intervir nos monumentos históricos do Município da Caála.

Durante o trabalho, procurou-se fazer uma abordagem clara e sucinta sobre o conjunto de acções para conservar e divulgar os monumentos históricos do Município da Caála, para o Desenvolvimento económico, criação de políticas de intervenção do poder tradicional.

Na relação entre o Direito Consuetudinário com o Direito Positivo, as Autoridades Tradicionais poderão desempenhar um papel preponderante no desenvolvimento económico, através da conservação e divulgação dos locais históricos. Estes são o património cultural de qualquer povo. Por isso, ao longo dos anos, tem sido notável a dedicação por parte de vários especialistas na temática como o papel das Autoridades Tradicionais no desenvolvimento económico da sociedade.

É uma discussão que envolve questões como, tradição, autoridade tradicional, monumentos históricos e educação patrimonial, um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no património cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e colectivo. Nesta linha de pensamento, o contacto directo com as evidências e manifestações da cultura proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um processo activo de apropriação e valorização de sua herança cultural.

1.1 Justificativa

No Município da Caála fala-se pouco sobre os monumentos, como património histórico, cultural, bem como dos mecanismos que deveriam ser utilizados para a sua preservação. A escolha do nosso tema justifica-se na importância das autoridades tradicionais no que concerne a preservação dos monumentos históricos do Município da Caála, já que eles representam a riqueza e a cultura para a comunidade quanto para a humanidade. Logo, é importante que se reconheça a legitimidade do poder tradicional na preservação e intervenção dos monumentos históricos.

1.2 Descrição da situação problemática

Tendo em conta a falta de políticas que visam a intervenção, e preservação dos bens culturais, no Município da Caála tem se registado atitudes negativas de alguns jovens, riscando nas paredes das Capelas, nas paredes do Grémio no Milho, rapazes que brincam junto da imagem representativa da Rainha do Milho, o que se traduzna vandalização dos monumentoshistóricos.

1.3 Objectivos

1.3.1 Geral

Propor políticas de intervenção das autoridades tradicionais na preservação, consevacao, e valorizacao dos monumentos históricos do Município da Caála.

1.3.2 Específicos

- a) Demonstrar a importância dos monumentos históricos do Município da Caála;
- b) Diagnosticar o estado actual dos monumentos históricos do Município da Caála;
- c) Elaborar acções que contribuam na intervenção das Autoridades Tradicionais na conservação e divulgação dos monumentos históricos do Município da Caála.

1.4 Contribuição do trabalho

Com esta pesquisa pretendemos minimizar o problema de vandalização dos monumentos históricos no Município da Caála, bem como, elevar a legitimidade do poder tradicional no que a conservação dos locais históricos diz respeito. O presente trabalho irá contribuir no desenvolvimento económico do Município da Caála. Outrossim quanto à comunidade académica, está pesquisa irá contribuir na construção do conhecimento existente nesta área, podendo, assim, despertar interesses de outros pesquisadores na exploração e aprofundamento da compreensão da legitimidade do poder tradicional na diversificação da economia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.3 Caracterização do município da Caála.

2.3.1 Situação Geográfica

Segundo o Instituto Nacional de Estatística-INE (2014),

O Município da Caála tem a sua Sede na cidade Caála, possui uma superfície de 3.680,15 Km², cuja sede se localiza a cerca de 23 km da cidade capital, com os seguintes limites: leste o Município do Huambo; a Sul o Município de Caconda, a Sudeste o Município de Chipindo, a Norte o Município da Ecuinha e a Oeste o Município de Longonjo.

Em termos administrativos o Município compreende quatro comunas, nomeadamente, a sede, Calenga, Cuíma e Catata, que adaptam uma divisão que seguem o modelo de organização territorial tradicional, estando por isso dividido em onze (11) Ombalas e 339 aldeias (INE 2014).

2.4 Situação demográfica

Relativamente a demografia do Município, o relatório de balanço do INE (Instituto Nacional de Estatística) a quanto da realização do Censo Populacional e habitação em Angola 2014, os indicadores de desenvolvimento do Município apresentam uma estimativa de 259. 483 habitantes (INE 2014).

2.5 Conceito de Autoridade

Segundo Sarcori (1965) A palavra "autoridade", vem do latim auctoritas, por sua vez do verbo augere, aumentar.

Atualmente nos dicionários mais comuns a palavra autoridade se traduz pela definição de autoridade como uma soma de poder exercida por alguém ou alguma instituição, sentido amplo que se especifica quando levamos o termo ao campo da ciência política, onde essa capacidade de mando, bem ou mal, é sancionada pelo Estado (SARCORI 1965).

2.6 Conceito de Tradição

A palavra tradição nos remete ao passado e ao presente. Segundo Abbagnano (2000, p. 967), o termo tradição convida a pensar em hábitos, valores, crenças, rituais, práticas e costumes que fazem referência a uma herança cultural.

Segundo Ricoeur (2010, p. 379), tradições são os conteúdos portadores de sentido que são transmitidos, "as coisas ditas no passado que chegaram até nós por uma cadeia de interpretações e reinterpretações".

2.7 Autoridade Tradicional

Segundo Florêncio (2013), o conceito de autoridades tradicionais designa os indivíduos e as instituições do poder político que regulam a organização do modelo de reprodução social das sociedades tradicionais.

O poder tradicional compõe aquilo que designamos como herança histórica nacional, na medida em que elas encontram sua gênese e legitimação no período pré-colonial, em que detinham o poder efectivo sobre as respectivas populações enquanto entidades sociopolíticas (KAPOKO 2018, P.26).

Segundo Santin e Teixeira (2009, p.6)

A instituição do poder tradicional como órgão integrante no Poder Local foi algo extremamente inovador na Constituição da República angolana de 2010. Trata-se de reconhecer dignidade constitucional a uma realidade anteriormente já existente, na qual o costume ou direito consuetudinário das autoridades do poder tradicional orientam "desde sempre" na organização política comunitária angolana, sendo anteriores ao próprio Estado.

Segundo Pacheco (2002, p.5), as sociedades a que se reportam os chamados poderes tradicionais são sociedades linhageiras cuja organização social é fundada no parentesco e cujo substracto filosófico-religioso se baseia no culto dos antepassados.

Em situações em que uma comunidade linhageira se impõe a outras por via da anterioridade da ocupação do território e das alianças, que vai estabelecendo, gera-se um poder político que é justificado como um privilégio herdado dos antepassados da linhagem dominante. (PACHECO, 2002, P.5)

2.8 Hierarquia do poder tradicional

Segundo Altuna (2014, p.63), na cultura tradicional bantu, o rei ocupa o vértice, seguem-se os chefes da tribo, clã e família, os especialistas da magia e os anciãos.

Segundo Tchitonga (2023), nas ombalas, a hierarquia do poder tradicional está constituída da seguinte forma:

Soma-Inene- chefe da sede da Ombala;

Epalanga que aplaca a ira do soba e futuro substituto;

Kessongo-conselheiro do soba, (guarda costa);

Kapitango- organizador dos tribunais (ekanga);

Kaley- que toma e acompanha o soba nas suas saídas;

Muekália-guarda das mulheres do soba;

Kapiñgala- regente na ausência do soba;

Katombela- Ministro, pessoa de destaque na tomada de decisões;

Betatela- incentivador do soba(sobrinho);

10º- Longando- Juiz que toma conta da sentença;

11º- Mukutu ou Vakuatchissoko- que velam pelo cadáver do soba quando morre;

12º- Hendjengo- aquele que organiza os batuques;

13º- Muelessapi- aquele que toma conta da entrada na Ombala (entronização);

14º- Nunda- aquele que vela pelos akokotos;

15º- Tchitonga- aquele que toma conta da fogueira;

16º- Tchicakulo- aquele que vela pelos animais quando são mortos(protocolos);

17º- Somankuenje- aquele que organiza as circuncisões (evamba ou ekuenje) têm código waheno (quem não conseguisse responder a este questionário e outros era chamado de tchilima ou otchimote, embora circuncisado tinha que conhecer o tchinganji,(wassenguiwa), isto é não conhecer o tchinganji, embora circuncisado e os que conhecessem e respondessem a este código eram chamados de otchihengue ou othilombola.

18º- Katumua- Homem dos recados;

19º- Muelevate- que vela pela higiene do soba;

20º- Nangandala- Menina que leva a cabaça do soba nas suas digressões;

21º- Mueletchalo- Mobilizador, aquele que porta a cadeira do soba;

22º- Ndaka- Mobilizador, aquele que chama gente para encontros de auscultação com o soba;

23º- Onganga- Feiticeiro que dá pragas aos que estão contra o soba;

24º- Tchimbanda- aquele que tem por missão defender as pragas.

2.9 Natureza e Legitimidade das Autoridades Tradicional

Segundo Pacheco (2005, p. 6), durante a colonização, "a divisão político-administrativa do Estado acabou por se impor e o poder das chefias tradicionais foi perdendo importância, de forma progressiva, no condicionamento da vida económica e social dos respectivos povos". Segundo o autor, vários factores estavam na base como: Estado colonial, Estado independente, Igrejas, organizações não governamentais. O aparecimento de professores, pastores e enfermeiros também contribuiu bastante na limitação do poder tradicional.

Portugal só decidiu “enquadrar” o poder tradicional na organização do Estado vigente, no quadro das reformas que se seguiram à eclosão da luta armada de libertação nacional, Portugal decidiu “enquadrar” o poder tradicional na organização do Estado vigente (PACHECO 2005, p. 6).

2.10 Sistema de Justiça do Poder Tradicional

Segundo Altuna (2014, p.238), na cultura tradicional bantu todos são iguais perante a lei esta é a regra primária do direito, pelo menos, em princípio. Desde o chefe até ao escravo, todos têm direito a ser julgados. "Ninguém pode gozar de isenções nem de privilégios na aplicação da justiça".

Segundo o autor, os delitos são diferenciados, logo é necessário distinguir os delitos que contrariam a estabilidade da comunidade dos que lesam os indivíduos. Um outro pormenor que se deve levar em conta, é saber se o indivíduo é conhecido ou desconhecido (ALTUNA 2014, p.238).

De acordo com Neto (2014, p.117), em todas as tribos bantu, a liberdade da família e dos nativos sempre foi protegida.

Quando o problema fere a comunidade,

"passa a ser público exige a reunião do tribunal, e equipara-se a prática dos delitos públicos. Como não existem nem tribunais permanentes nem funcionários da justiça convoca-se para cada caso o tribunal. Os problemas entre indivíduos podem ser resolvidos pela intervenção de um ancião" (ALTUNA 2014, P.238).

Segundo Altuna (2014 2014, p. 238), quanto aos delitos públicos "funcionam tribunais de várias instâncias: o primeiro forma-o o sobeta, o segundo, o soba-banza e, em casos muito graves, podem acudir ao chefe da tribo. Mas o processo judicial varia muito pouco".

Neto (2014, p.117) realça que, embora as tribos não se disponham de leis escritas, os atos de justiça eram julgados pelo ancião (soba ou mbuta), com base em sua experiência de vida e autoridade por direito do poder de decisão a ele atribuídos.

"Nas tribos, em qualquer julgamento, se confiava apenas na decisão do soba, sem apelação" (NETO2014, p.117).

2.11 Relação do Direito Consuetudinário com o Direito Positivo

Segundo Pacheco (2002, p.5), “as relações entre o Estado e o poder tradicional processam-se numa base impositiva, como se se tratasse de um escalão inferior do poder de Estado “. Segundo o autor esta é uma realidade tangível, mesmo que o discurso oficial tente ser, por vezes, diferente. Sendo já claro que o poder tradicional não é poder de Estado, o que este tem de fazer, com a máxima urgência – e independentemente do que venha a ser decidido sobre a questão do reconhecimento “de jure” – é definir mecanismos de negociação para o estabelecimento de relações de parceria entre os dois tipos de poderes, sem que isso signifique a ampliação dos poderes de um poder não democrático num quadro político que se pretende democrático.

2.12 Conceito de Monumento Histórico

a) Remete-se a definição de monumentos para o "Edifício, monumental, obra o vestígio importante de arquitetura do passado, conservada e protegida Segundo Miranda (2015, p.48), os conceitos de monumentos históricos e os instrumentos para a sua preparação (museus, inventários, classificação, reutilização) são elaborados em 1790 no âmbito das conservações dos monumentos levada a cabo por Guizot durante a revolução francesa.

b) O dicionário ilustrado pelo seu valor cultural". A importância é-lhe atribuída mais pela representação de algo, do que de alguém.

Monumento histórico é "tudo o que a história agregou valor associado ao conceito de documento histórico. Não foi feito para ser monumento, adquiriu valor documental com o passar do tempo, devendo ser resguardado como testemunho para as gerações futuras" (NASCIMENTO 2015).

De uma forma mais generalista e comum o dicionário da língua portuguesa define o monumento como a construção destinada a perpetuar a memória de um facto ou de alguma personagem notável edifício majestoso; obra digna de passar a posteridade, restos ou fragmentos materiais pelos quais podemos conhecer a história dos tempos passados.

A essência do monumento histórico, segundo Choay, citado por Nascimento (2005, p. 2), encontra-se justamente na relação entre o tempo passado e a memória,

funcionando como representação ou ícones de um passado temporal, dentro de um sentido de eternidade

Os monumentos de um povo são o reflexo da sua identidade como Nação, e como portadores de mensagens do passado são inspiração para as gerações futuras, são o testemunho vivo e actual do desenvolvimento histórico de um país (MIRANDA 2015, p.1).

A finalidade do monumento é de fazer reviver um passado mergulhado no tempo(CHOAY 2006, p. 26).

2.13 Classificação dos Monumentos Históricos

Os monumentos podem ser classificados em monumentos naturais: que não houve interferência humana na sua criação (As pedras Nganda La Kawe, o monte Ombandjela), e monumentos artificiais: criados pelo homem (o Grémio do Milho, a Capela da Nossa Senhora do Monte, a Imagem da Rainha do Milho).

Tanto os monumentos naturais como artificiais conservam a memória colectiva de uma sociedade.

2.14 Importância dos Monumentos Históricos

Segundo Grammont (2006, p.439) “o conceito de monumento se estende para algumas cidades e conjuntos urbanos, passando a ser percebidos com um papel memorial de monumento, enquanto edificações e estilos de vida.

Os monumentos históricos representam as marcas da evolução de uma determinada sociedade ou indivíduos que refletem sobre a materialidade e potencialidade desta sociedade que os produziu (GRAMMONT 2006, P. 439).

Segundo Casese (2022), patrimónios são bens herdados pelos nossos antepassados. Deste modo, podemos perceber que a palavra património “denota bens materiais transmitidos de forma hereditária.

Atualmente a palavra Património ganhou novos significados e o acréscimo dos termos histórico, imaterial etc. Um bem se torna património quando existe concórdia sobre o valor que a ele se atribui e este valor normalmente está ligado ao passado. Assim, para

além do valor material, predomina o valor cultural do bem que justifica todos os meios necessários a sua proteção.

A França revolucionária, que ansiava por uma Nova Era tanto quanto pela destruição de tudo que representasse o passado, foi responsabilizada pela destruição de incontáveis monumentos (GRÉGOIRE 2015).

2.15 Vandalização dos monumentos históricos.

Ao abordarmos a questão da vandalização e a organização patrimonial queremos de forma resumida definir o conceito de lugar.

Segundo Camacho e Tavares (2014), lugar ou local é uma palavra masculina que quer dizer "lugar" ou sitio. "Então podemos definir locais históricos duma forma clara, como os lugares que têm uma certa relevância histórica. (CHIVINDA 2022, P.18).

Os locais históricos estão ligados aos aspectos da cultura, pois guardam informações que o homem representa como passadas, ajudando-lhe a ordenar lembranças, assim como estabelecer reflexão sobre ela (CHIVINDA 2022, P. 18).

Os locais históricos são o reflexo da identidade de um povo. São vistos como portadores de mensagens do passado, inspiração para as gerações futuras, são o testemunho vivo para o desenvolvimento histórico, social e econômico de um país. (CHINADA, 2022).

“a especificidade do discurso de autoridade [...] reside no fato de que não basta que ele seja compreendido[...], é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer o seu efeito próprio”. Partindo deste pressuposto, quais os efeitos do reconhecimento da autoridade de discursos que, ao nomear como “vandalismo” os ataques a bens culturais considerados patrimônio cultural, prescrevem maneiras de lidar com a presença de vestígios materiais do passado? E como essa visão de mundo, ou, como diria Bourdieu (2008), essa “divisão” que estabelece as fronteiras de um mundo civilizado pelo que o excede, a “barbárie”, pode servir como uma chave de interpretação nas escritas de histórias a respeito das maneiras como as pessoas se relacionam com a materialidade do patrimônio cultural? (BOURDIEU 2008, p. 91).

2.16 A memória como factor de identidade

Segundo Bergson o passado se conserva inteiro e independente no espírito e o seu modo próprio de existência é um modo inconsciente, portanto, antes de ser atualizado pela consciência, toda lembrança vive em estado latente potencial (BÓSI,1994, p. 51-52).

Assim, o princípio central da memória será a conservação do passado que sobrevive em si mesmo, num estado inconsciente, e que pode ser evocado pelo exercício de lembrar. Essa concepção acabou relativizada pela teoria psicossocial de Halbwachs estudioso pioneiro no estabelecimento de um campo de estudo sobre as relações entre Memória e a história pública (BÓSI, 1994, p.53 -56).

A memória é fenômeno social, porque o que importa são os “quadros sociais da memória”, compostos pelos relacionamentos que o indivíduo estabelece com a família, escola, trabalho, estado etc. Enfim, com os grupos de convívio e referências familiares a este indivíduo.

Lembrar não necessariamente significa reviver, mas sim refazer, reconstruir, repensar, reler as memórias de experiência do passado. Pois, a memória não é sonho, mas sim trabalho (BÓSI, 1994, p. 55).

A memória social tem sido um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História. Trata-se de um tipo de memória que se refere não somente às lembranças vividas pelo indivíduo, mas também aquelas que lhe foram repassadas através das gerações. Em todo o caso, são lembranças entendidas como propriedade de uma comunidade ou um grupo e que são socialmente negociadas. Seja em tempos remotos da história ou no seio das sociedades agrafas existentes nos dias atuais, sempre existira indivíduos dotados de uma memória treinada e que cumpriam uma função social de muita importância: eram os guardiões da história, reproduzida pela oralidade. Uma história constantemente sujeita às reinvenções. A escrita, por sua vez, transforma fundamentalmente a memória coletiva. É nesta ponte que a memória é instruída pela história e torna-se texto. O registro escrito torna-se um artifício mais sofisticado para guardar e disseminar a memória e é inegável que o registro escrito é um meio fundamental para sua preservação e comunicação. A memória histórica é aquela que estamos habituados a encontrar nos livros didáticos.

O tombamento de bens é uma etapa mais recente e o patrimônio é uma forma extremamente representativa de resguardo da memória coletiva. Nesse momento, atentamos novamente para um importante aspecto da memória constituído pela sua relação com os lugares. Os “lugares de memória” e os significados a ele atribuídos tem relação direta com a memória escrita e num contexto de desvalorização de tradições ligadas à

oralidade, que paradoxalmente resulta numa “corrida” pelo seu registro escrito, é a escrita que legitima o patrimônio.

Portanto, aceleração da história contemporânea levou ao prestígio da noção de Patrimônio Histórico que se refere a bens de natureza material e imaterial que possuem valor significativo para uma sociedade e expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades.

Os monumentos podem ter valor de esfera estética, artística, científica, espiritual, ecológica etc. Sua preservação deve ser regida pelas autoridades tradicionais ou por políticas públicas” (RICUER 2003).

Preservar os monumentos é um “dever de memória”, uma noção moral que se traduz pelo “dever de não esquecer” (RICUER 2003).

Os historiadores em sua ambição pela verdade, se põem a confrontar os resquícios materiais e imateriais de memória, que possibilitem um diálogo com o passado. No entanto, esses “relatos” de memória só podem servir de referência a um tempo real e coerente ao se prestarem à uma narrativa, mais propriamente, à uma narrativa histórica. É precisamente neste momento que a Memória se torna “instruída” pela história (RICOUER, 2003).

Segundo Certeau (1998, p. 50), a leitura introduz uma “arte” que não é passividade. Mesmo que nos detenhamos mais comumente sobre o processo de produção da história, não podemos ignorar a segunda etapa, não menos importante, de recepção.

É com o conceito de memória que pretendemos trabalhar e que se situa na etapa de recepção da história, ou, reapropriação do passado. Já apontamos anteriormente que este refazer da memória é, na verdade, uma releitura sobre o passado.

Bósi acrescenta ao conceito de memória como sendo “a experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador” (BÓSI, 1994, p. 59).

Temos assim que submeter a memória ao contexto e a uma convenção. Esta memória é trata e estilizada pelo grupo social e ideológico no qual ela se desenvolve. A

matéria da recordação está condicionada pelo interesse social do fato lembrado. A memória das pessoas está sempre submetida a este longo processo, ao final do qual sempre “fica” o que “significa”. E o que “significa”, nunca o é do mesmo modo, pois foi submetido a lembranças contextualizadas. Não podemos negar que a memória, quando transformada em senso comum, torna-se uma referência de coesão identitária que responde à cultura política de uma determinada sociedade, representando interesses de certos setores ou da comunidade como um todo. (BÓSI, 1994, p. 59).

Portanto, a memória é uma construção mediada por relações de poder hierarquizadas, cujo projeto se realiza segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, políticos, culturais, etc. Isto não é produto do acaso; é sim, resultado da relação e interação entre os diversos atores históricos em um determinado momento conjuntural.

As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade. Podemos inferir desse debate que a memória, portanto, é um lugar de disputa e se relaciona com as formas de controle, manipulação e deformação que sofre o próprio conhecimento histórico. Além da memória, temos que lidar ainda com os esquecimentos propositais, ou melhor dizendo, com as memórias confiscadas. Evidentemente que se há usos da memória, há também, usos do esquecimento. Isto aponta para a possibilidade de até instrumentalizar os esquecimentos: há esquecimentos que são usados ou que são usáveis para certos fins. Esquecer (algo) pode ser uma opção, uma conveniência.

Assim como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto na realidade social.

“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF 1996, p. 426)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tipo de pesquisa: para o presente trabalho usou-se o tipo de pesquisa qualitativa e usamos os seguintes métodos:

Análise-síntese: aplicou-se para estabelecer o fundamento teórico e metodológico da investigação, assim como também permitiu reunir ideias gerais defendidas por vários autores acerca do tema e análise dos resultados do conteúdo de instrumentos aplicados durante a investigação.

Histórico - lógico: é um método de procedimento que possibilitou-nos estudar os dados das fontes de pesquisa sob uma perspectiva histórica.

Bibliográfica: baseada em material já publicados, permitiu-nos usar: livros, teses, dissertações e artigos, para o aprimoramento e actualização do conhecimento da questão em estudo.

Métodos empíricos como observação, inquéritos e entrevistas na recolha de dados para o apuramento de resultados

Observação

A observação nos ajudou a analisar ou diagnosticar os monumentos históricos do Município da Caála

Segundo Lakatos (1996, p. 79), a observação ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos entre os quais os indivíduos não têm consciências, mas que orientam o seu comportamento” e pode ser considerada como uma etapa intermediária entre a construção da hipótese e o registro dos resultados.

A entrevista

Segundo Haguette (1997, p. 86), as entrevistas podem ser definidas como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador. Facilitou-nosna obtenção de informações por parte dos entrevistados”.

Amostra

A amostra é constituída por 10 pessoas das quais 7 homens e 3 mulheres, como se segue na tabela a baixo.

Tabela nº1-Amostra da população.

População	Referência	Percentagem
Homens	7	70%
Mulheres	3	30%

Fonte: Autor, 2023

4 DESCRIÇÃO E DISCRICÃO DOS RESULTADOS

Nesse item iremos apresentar e discutir os dados da nossa pesquisa, colhidos com a entrevista semiestruturada. De acordo com a estrutura da nossa entrevista e os objetivos que nortearam nossa investigação, as respostas obtidas foram divididas em 10 categorias: A noção de monumentos históricos; importância; importância da Preservação dos monumentos históricos; valorização referente ao Grêmio da Caála, a imagem do milho, a capela da Nossa Senhora do Monte, o monte Ombangela, o túmulo de Huambo-Kalunga, a Residência do soba grande de Mwangunjda. A apresentação das entrevistas e seus resultados serão pontuadas por observações analíticas com o objetivo de compreender melhor os temas.

4.1 Noção de monumentos históricos

Quadro nº 2- Já ouviu falar de monumentos históricos?

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	10	100%
Total	10	100%

Fonte: Autor, 2023

Ao observarmos a tabela nº 2 podemos observar que todos os entrevistados já ouviram falar de monumentos históricos perfazendo a 100% da amostra.

Tabela nº 3 –Fonte do conhecimento

Respostas	Frequência	Porcentagem
Na Escola	5	50%
Através conversas	3	30%
Pela rádio, televisão	2	20%
Total	10	100%

Fonte: Autor, 2023

Na pergunta número dois (2) que tem como finalidade saber as vias ou locais onde os entrevistados tiveram o conhecimento, cinco (5) entrevistados que correspondem 50% responderam ter adquirido na Escola, (3) responderam através de conversas e 2 dos entrevistados responderam terem obtido o conhecimento através da rádio, e da televisão, totalizando 100% da amostra.

Tabela n° 4 – Importância dos monumentos históricos

Respostas	Frequência	Percentagem
Reserva a memória	6	60%
Nos fazem recordar o passa do	4	30%
Total	10	100%

Fonte: Autor, 2023

Ao analisarmos a tabela n° 4 podemos observar que em relação a importância dos monumentos históricos, os entrevistados foram unânimes em relação a importância, pois que tanto a conservação da memória colectiva (seis entrevistados) como a recordação do passado histórico quatro (entrevistados) perfazem a importância dos monumentos históricos, totalizando 100% da amostra.

Tabela n° 5 – Em sua opinião a intervenção das autoridades tradicionais podem ajudar na preservação dos monumentos históricos do Município da Caála?

Respostas	Frequência	Percentagem
Sim	10	100%
Total	40	100%

Fonte: Autor, 2023

Tal como ilustra a tabela n° 5, os entrevistados foram unânimes quanto a preservação dos monumentos históricos por intermédio das autoridades tradicionais no Município da Caála perfazendo a amostra de 100%.

Tabela nº 6 – impedimentos

Respostas	Frequência	Percentagem
Interesses políticos	6	60%
A falta de apoio	4	40%
Total	10	100%

Fonte: Autor, 2023

Quanto à pergunta número seis (6) que tinha a intenção de explorar aos entrevistados os elementos que dificultariam na intervenção das autoridades tradicionais nos monumentos históricos da Caála 60% dos nossos entrevistados apontaram para os interesses políticos, e 40% dos entrevistados apontaram para falta de apoios financeiros.

Lembrando que durante a pesquisa discutiu-se também à respeito da natureza e a legitimidade da autoridade tradicional. Voltando para a tabela nº 6 60% dos entrevistados estão de acordo com Pacheco (2005, p. 6), quando afirma que,

durante a colonização, "a divisão político-administrativa do Estado acabou por se impor e o poder das chefias tradicionais foi perdendo importância, de forma progressiva, no condicionamento da vida económica e social dos respectivos povos". Segundo o autor, vários factores estavam na base como: Estado colonial, Estado independente, Igrejas, organizações não governamentais. O aparecimento de professores, pastores e enfermeiros também contribuiu bastante na limitação do poder tradicional.

Segundo o autor, Portugal só decidiu “enquadrar” o poder tradicional na organização do Estado vigente, no quadro das reformas que se seguiram à eclosão da luta armada de libertação nacional, Portugal decidiu “enquadrar” o poder tradicional na organização do Estado vigente (PACHECO 2005, p. 6). Mas o processo ainda continua lento, o que nos leva a proposta de solução no capítulo seguinte.

5 PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Tendo em conta o problema levantado, propomos o Seguinte:

- a) Implementação de políticas para que as autoridades tradicionais possam intervir na proteção dos monumentos históricos do Município da Caála. Neste item, o Estado deverá criar políticas de tal maneira que as autoridades tradicionais possam intervir de forma directa na preservação dos monumentos históricos como: estátuas, esculturas, túmulos e igrejas, através de palestras nas comunidades;
- b) Conscientizar a população da Caála, quanto a legitimidade do poder tradicional na intervenção dos monumentos históricos, tendo em conta a sua importância e posteriormente aplicar multas às pessoas que riscam ou escrevem em paredes, objetos, pessoas que sobem em esculturas e estátuas;

6 CONCLUSÃO

Durante a investigação em volta do tema foi possível entender o conceito de autoridade como uma soma de poder na visão de Sarcori, tradição como um fenômeno que conjuga passado e presente como indicam as estratégias que a sociedade e a cultura utilizam para a sua constante atualização de acordo com Santos (2006, p. 102-105), monumento histórico como elemento ligado à memória, e outros elementos ligados ao poder tradicional.

Os monumentos podem ter valor de esfera estética, artística, científica, espiritual, ecológica etc. Sua preservação deve ser regida pelas autoridades tradicionais ou por políticas públicas.

Preservar os monumentos é um dever de memória, uma noção moral que se traduz pelo dever de não esquecer.

Tanto no sentido de organização, como no sentido de regramento disciplinar, ao inventar um monumento a ser protegido, pensa-se que haverá êxito quando o poder positivo deixar claro por intermédio de uma lei que legitima o poder tradicional.

É por intermédio da lei que a população pode adotar comportamentos segundo os padrões, levando os indivíduos a respeitar e valorizar os bens culturais

Os monumentos precisam ser preservados devido a sua grande importância científica e cultural, pois representam a riqueza, cultura de um povo tanto para a comunidade quanto para a humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIO GRÁFICAS

ALTUNA, Raul Ruiz. **Cultura tradicional bantu**. Paulinas Editora-Prior Velho-Portugal 2014.

BÓSI, Eclésia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.1994

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuições para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2004

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998

COSTA, J. C. **A filosofia de Augusto Comte e as origens do positivismo**. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1959.

CUNHA, Luís. **Configurações espaciais e regimes de pertença**. In: CABECINHAS, Rosa;

CUNHA, Luís. **Comunicação Intercultural – Perspectivas, dilemas e desafios**. Porto: Campodas Letras, 2008, pp. 147-167.

GARCIA, Marco Aurélio. **A memória aprisionada**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1996.

GARNICA, A. V. M. **História Oral e educação Matemática**. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.) Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimôniocultural no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/IPHAN, 2002.

José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 108-123.

GAMBONI, Dario. **La destrucción del arte: iconoclasia y vandalismo desde la Revolución Francesa**. Madrid: Cátedra, 2014

GRAMMONT, Anna M. de. **Hotel Pilão: Um Incêndio no Coração Ouro Preto**. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2006.

GRÉGOIRE, Henri. **Report on the destruction brought about by Vandalism, and on the means of curbing it**. Disponível em:

<http://www.cla2.auburn.edu/user_pages/kingston/5310/week14/gregoire.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997

Instituto Nacional de Estatística. **Censo populacional**, Luanda 2014.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: PioneiraThomson, 2002

NETO, Teresa da Silva. **História da Educação e cultura de Angola**. Grupos nativo, colonização e a independência. Garrinho Artes Gráficas-ALPIAÊÇA-PORTUGAL 2014.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 728, 1993.

PACHECO, Fernando. **Autoridades tradicionais e estruturas locais de poder em Angola**, 2005.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

Memória, história e esquecimento. Texto apresentado na Conferência Internacional “Hounting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Budapes

SILVA, Lúcia. **A trajetória de um conceito: Patrimônio, entre a Memória e a História**. Mosaico Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 1, n. 1, p. 36-42, jan./jun., 20

ANEXO

Modelo de entrevista semiestruturada

1ª PARTE – Dados dos entrevistados

1.1 –Identificação:

1.2 –Série

1.3 – Idade

1.4 – Sexo

2ª PARTE – Dados sobre os monumentos históricos

2.1 – Já ouviu falar de monumentos históricos?

2.2- Se sim onde?

2.3 Qual é a importância dos monumentos históricos?

2.4 Em sua opinião a intervenção das autoridades tradicionais podem ajudar na preservação dos monumentos históricos do Município da Caála?

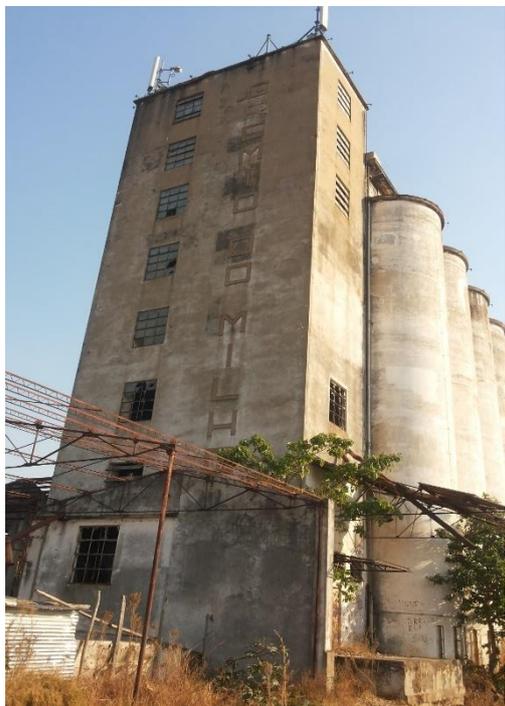
2.5 Quas são os impedimentos que impedem as autoridades tradicionais na intervenção dos monumentos históricos?



Fotografia da casa do soba de Mwangundja.

Fonte: Autor, 2023

Fotografias do Grêmio da Caálae do Milho Caála



Fonte: Autor, 2023

Fotografia da Capelas da Nossa Senhora do Monte



Fonte: Autor, 2023